

Profissionalização da Comunicação Institucional: perfis, vínculos e condições de trabalho nas Câmaras Municipais Brasileiras¹

Paula Andressa de OLIVEIRA²

Renata Copatti SALVADOR³

Michele Goulart MASSUCHIN⁴

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Resumo

A comunicação legislativa é composta por um conjunto de práticas que estruturam a forma como o parlamento se apresenta ao público, constrói legitimidade e organiza a mediação entre representantes e representados. Mas, para lidar com as tensões inerentes à esfera política, com o processo de plataformização e de personalização da política, torna-se fundamental que haja algum grau de profissionalização dos atores envolvidos neste processo. Tal conceito está diretamente relacionado a quem faz a comunicação, como essas equipes são compostas, quais vínculos estabelecem com a instituição e sob quais condições exercem suas funções. Assim, este artigo tem como foco analisar o processo de profissionalização das equipes de comunicação dos legislativos locais a partir de um questionário online aplicado a 75 municípios brasileiros.

Palavras-chave

Comunicação Legislativa; Profissionalização; Equipes de Comunicação; Survey.

Introdução

A ampliação dos estudos sobre comunicação legislativa no Brasil encontra correspondência na própria trajetória de fortalecimento dos canais institucionais de divulgação das atividades parlamentares. A comunicação pública nos parlamentos brasileiros adquiriu maior consistência com a criação de meios próprios de mídia, que passaram a integrar de forma mais sistemática as estratégias de transparência e aproximação com a sociedade (Barros; Bernardes; Rodrigues, 2015). O avanço da comunicação digital no país também aprofundou a transformação que vinha sendo

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa – Comunicação Pública e Política), atividade integrante do XX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

² Doutoranda, Universidade Federal do Paraná, e-mail: paulaandreolioliveira@gmail.com.

³ Mestranda, Universidade Federal do Paraná, e-mail: renatacopattisalvador@gmail.com

⁴ Doutora, Universidade Federal do Paraná, e-mail: mimassuchin@gmail.com.

construída desde a ampliação das mídias legislativas, o que resulta em mudanças nas práticas de transparência e participação (Leston-Bandeira, 2009).

Nesse percurso de evolução das práticas comunicacionais, observa-se, no Brasil, sobretudo após a redemocratização, um movimento de institucionalização e qualificação das estruturas de comunicação pública dos parlamentos, apoiado tanto na criação de canais próprios quanto na adoção de rotinas técnicas mais profissionalizadas (Marques; Miola; Siebra, 2014). A partir disso, a literatura tem enfatizado a necessidade de investir em equipes, padrões organizacionais e ferramentas para sustentar processos permanentes de transparência e participação (Leston-Bandeira, 2018; Mitozo, 2020). Esse cenário transformou a comunicação legislativa em uma área estratégica, na qual servidores e equipes técnicas tornaram-se relevantes na mediação entre parlamentos e sociedade, fortalecendo a compreensão sobre o funcionamento das instituições e contribuindo para o aprimoramento da representação (Siefken; Leston-Bandeira, 2023).

Assim, é fundamental para este trabalho o conceito de profissionalização da comunicação legislativa, entendida como a qualificação técnica das equipes, a diversificação das funções e a especialização necessária para lidar com ambientes digitais, demandas de transparência e complexidade das rotinas parlamentares (Carlomagno; Braga; Wisse, 2019; Massuchin; Oliveira, 2023; Braga; Carlomagno, 2018). Embora esse processo tenha avançado em nível federal, ele se manifesta de forma distinta em contextos heterogêneos. É importante destacar, ainda, que os estudos sobre profissionalização aplicada à comunicação deriva das pesquisas que analisam um processo mais amplo que envolve toda a esfera política (Codato, 2008; Alcantara, 2016).

Embora a centralidade esteja no conceito de profissionalização para esta proposta de análise, é relevante destacar sua relação com a institucionalização da comunicação pública. Ela envolve a criação de normas, estruturas e práticas permanentes, o que é fundamental para garantir a continuidade e a consistência da comunicação, independentemente de mudanças políticas ou administrativas. Além disso, assegura que a profissionalização se mantenha ao longo do tempo, por meio de regulamentações que definem critérios para a contratação de profissionais, a organização das equipes e a implementação de políticas (Siefken; Leston-Bandeira, 2023).

Por fim, a profissionalização da comunicação legislativa pode ser analisada a partir de diferentes indicadores que refletem a qualificação das equipes, a estrutura organizacional e os processos internos das casas legislativas. De acordo com Oliveira (2021), a

comunicação com o público depende da habilidade dos assessores em traduzir as ações legislativas para uma linguagem acessível e atrativa. Além disso, são eles que monitoram o ambiente político e social, identificando tendências e necessidades da população para embasar as decisões dos parlamentares. Em um contexto de crescente exigência por transparência e participação cidadã, os assessores realizam um papel estratégico ao conectar o Legislativo às demandas da sociedade (Siefken; Leston-Bandeira, 2023).

Desenho de pesquisa

Com base nesta abordagem teórica que contempla a centralidade da comunicação legislativa e a profissionalização dos agentes que atuam neste segmento, esta proposta traz uma análise empírica sobre a profissionalização dentro das Câmaras Municipais. O estudo é feito a partir da aplicação de um questionário em 75 municípios brasileiros, realizada entre julho e dezembro de 2025. Para a elaboração do questionário, a pesquisa leva em conta diversos indicadores de profissionalização discutidos a partir da literatura e estudos anteriores que auxiliam na construção de 11 questões.

A *contratação de profissionais especializados* pode ser apontada como um dos principais indicadores de profissionalização da comunicação institucional. Outro aspecto é o *modo de ingresso dos profissionais*. O *interesse dos gestores políticos* também é um dos fatores mais determinantes para a profissionalização da comunicação legislativa. A *realização de concursos públicos* é outro indicador estruturante da profissionalização da comunicação legislativa, pois a rotatividade dificulta a criação de rotinas, memória organizacional e a continuidade de projetos estratégicos, problemas amplamente identificados em pesquisas sobre comunicação legislativa no Brasil (Oliveira, 2021; Bernardes, 2013). Outro fator relevante são as *reuniões de alinhamento*. A *padronização de tarefas* pode ser também reconhecida como um dos elementos da profissionalização da comunicação pública, pois é ela que estabelece rotinas estáveis, previsíveis e institucionalizadas que reduzem improvisações e fortalecem a coordenação interna nas equipes (Leston-Bandeira; Judge, 2018). A definição de *diretrizes específicas para a apresentação de vereadores e agentes políticos* é o último indicador que constitui um componente importante da institucionalização da comunicação legislativa. Esta proposta se detém na análise dos perfis profissionais, vínculos e condições de trabalho.

Resultados

Os dados preliminares mostram que 50,7% dos respondentes afirmaram que percebem um processo de profissionalização em curso em seus ambientes de trabalho, enquanto 32% responderam negativamente. Esse resultado já aponta para um cenário heterogêneo, no qual avanços convivem com limitações estruturais e percepções ambíguas sobre o que, de fato, constitui profissionalização no cotidiano das câmaras municipais. Dando sequência à análise da profissionalização das equipes, a pesquisa buscou mapear o tamanho dos setores de comunicação institucional nas câmaras municipais, a partir do número de profissionais dedicados exclusivamente à área. Entre os 75 respondentes, 41,3% indicaram contar com equipes entre 6 e 10 profissionais, percentual que se destaca por revelar a presença de estruturas relativamente amplas de comunicação institucional em um número significativo de câmaras municipais.

Para aprofundar a análise da comunicação legislativa, a pesquisa investigou de forma mais detalhada a composição das equipes, com atenção especial aos regimes de vínculo dos profissionais que atuam nos setores de comunicação. 68% informaram a presença de servidores efetivos nas equipes de comunicação, o que aponta para um grau relevante de inserção de profissionais com vínculo estável na estrutura institucional das câmaras municipais. Ao mesmo tempo, 68% também destacam a presença de cargos comissionados. Outros 29,3% mencionaram a atuação de profissionais terceirizados ou contratados, enquanto 30,7% indicaram a presença de estagiários nas equipes.

Além da composição das equipes, a pesquisa mapeou as atividades exercidas no cotidiano da comunicação institucional nas câmaras municipais. Por se tratar de uma questão de múltipla escolha, os resultados revelam um padrão de acúmulo de atribuições, indicando que os setores de comunicação concentram múltiplas funções operacionais e editoriais. A atividade mais frequentemente mencionada foi a atualização do site institucional, assinalada por 94,7% dos respondentes (71 respostas), seguida pela redação de textos institucionais, indicada por 92% (69 respostas). No que se refere à formação dos profissionais que integram as equipes, os dados apontam para a predominância de perfis com formação específica na área da comunicação. Esse resultado indica que, ao menos no plano da qualificação formal, a atuação dos setores de comunicação nas câmaras municipais tem sido associada a competências técnicas reconhecidas no campo profissional.

Já a percepção dos respondentes sobre a adequação dos recursos materiais e tecnológicos disponíveis para o trabalho comunicacional aponta um cenário dividido. Quando questionados se consideram que a equipe conta com recursos adequados, 62,2%

responderam afirmativamente, enquanto 37,8% indicaram insuficiência. A falta de estrutura física adequada para gravações (sala, iluminação, isolamento acústico) foi o item mais mencionado (50,7%; 38 respostas), seguida da ausência de softwares de edição e produção (47,7%; 32 respostas).

Referências

- ALCÁNTARA, Manuel. *A profissionalização da política*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016.
- BERNARDES, Cristiane; MITOZO, Isabele. Communication in Parliaments: Information, Openness and Public Engagement in Brazil. *Más Poder Local*, v. 61, 73–84, 2025.
- BERNARDES, Cristiane. Parlamentares × jornalistas: a dinâmica política das mídias legislativas da Câmara dos Deputados. *Sociedade e Estado*, v. 28, n. 3, pp. 663-89, 2013.
- BRAGA, Sérgio; CARLOMAGNO, Márcio. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998–2016). *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 26, 2018.
- CARLOMAGNO, Márcio; BRAGA, Sérgio; WISSE, F. Gabinetes digitais: o papel da comunicação online na rotina parlamentar. *E-Legis*, v. 12, n. 29, p. 104-132, 2019.
- CODATO, Adriano. A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo. *Revista Sociologia e Política*, v. 16, n. 32, p. 95-110, 2008.
- JUDGE, David; LESTON-BANDEIRA, Cristina. The institutional representation of parliament. *Political Studies*, v. 66, n. 1, p. 154–172, 2018.
- LESTON-BANDEIRA, Cristina; SIEFKEN, Sven T. The development of public engagement as a core institutional role for parliaments. *The Journal of Legislative Studies*, v. 29, n. 3, p. 361-379, 2023.
- LESTON-BANDEIRA, Cristina. Parliament and Public Engagement. In: LESTON-BANDEIRA, Cristina. (org). *Exploring Parliament*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- LESTON-BANDEIRA, Cristina. Parliamentary functions portrayed on European parliaments' websites. *Revista de Sociologia e Política*, v.17, n.34, p. 13-27, 2009.
- MARQUES, Francisco P. J. A.; MIOLA, Edna; SIEBRA, Nayana. Jornalismo, Assessoria de Imprensa e seus condicionantes organizacionais: Uma reflexão a partir das Teorias do Jornalismo. *Animus*, v. 13, p. 145-166, 2014.
- MASSUCHIN, Michele Goulart; OLIVEIRA, Paula Andressa de. Comunicação pública nos legislativos: accountability, transparência e proximidade com os cidadãos nas redes sociais. *Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, v. 22, n. 48, 2023.
- MITOZO, Isabele. A utilização de sistemas deliberativos remotos pelas Assembleias Legislativas Brasileiras durante a pandemia de covid-19. *Revista do Legislativo Paranaense*, v. 1, n. 4, pp. 9-24, 2020.
- OLIVEIRA, Paula Andressa de. De Abatiá a Xambrê: uma análise sobre a atuação dos legislativos municipais paranaenses no Facebook. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, 2021.
- QUINTÃO, Thales Torres; MITOZO, Isabele Batista. As ouvidorias das câmaras municipais de Minas Gerais: desenhos e políticas de transparência e de proteção de dados. *Revista de Informação Legislativa*, v. 62, p. 151-171, 2025.